negócios
negocios.pt

ADVOCACIA DE NEGÓCIOS

Apagão no Citius teve reflexos negativos na Justiça em 2015

A reforma do mapa judiciário arrancou no ano anterior, mas quem assegura serviços jurídicos às empresas diz que o "crash" no sistema informático Citius afectou a Justiça de forma negativa ainda em 2015. Apesar disso, admitem, nem tudo correu mal.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Bruno Simão



Os efeitos das mudanças dos últimos dois anos no sector da Justiça continuaram a fazer-se sentir em 2015. Nalguns casos de forma negativa.

O ano começou e continuou mal, depois do apagão sofrido pelo sistema de registo informático de processos judiciais. Esse é o lado negativo que alguns actores da advocacia vocacionada para as empresas encontram no funcionamento da Justiça em 2015. Mas houve capacidade para desburocratizar alguns procedimentos, o que veio facilitar a vida ao tecido empresarial.

Os efeitos das mudanças dos últimos dois anos no campo da Justiça continuaram a sentir-se em 2015. E nalguns casos de forma negativa. João Miranda de Sousa, líder em Portugal da sociedade de advogados Garrigues, entende que apesar de se terem alcançado alguns dos objectivos que inspiraram aquelas reformas, "a celeridade processual e a diminuição das pendências ficaram ainda longe de ser atingidas". As dificuldades de aplicação do novo mapa judiciário são um exemplo citado por este advogado, já que em sua opinião "acarretaram atrasos significativos na redistribuição dos processos", ao mesmo tempo que o "famigerado 'crash' do Citius teve um impacto negativo que se estendeu ao longo de vários meses".

Carlos Lucena, da firma Telles de Abreu, partilha a mesma opinião. Considera mesmo que por tais razões não houve um reforço da confiança na justiça e nos tribunais, um aspecto "indispensável para o desenvolvimento de qualquer economia". Esta é, de resto, uma ideia também partilhada pelo "managing partner" da Sérvulo & Associados, Paulo Câmara, que refere a persistência de "uma excessiva morosidade e de um défice de especialização dos tribunais judiciais"; e ainda por Luís Filipe Carvalho, sócio da ABBC, que admite, contudo, que as turbulências processuais criadas com a implementação do novo mapa judiciário "acabam por compreender-se", face à dimensão da reforma em causa.

As "custas elevadíssimas e a falta de gestão no funcionamento organizativo dos tribunais" estão, por outro lado, entre os aspectos negativos de 2015 que Pedro Rebelo de Sousa, sócio fundador da SRS, encontra ao nível do sistema de Justiça. Se no sector há aspectos menos positivos a considerar, Nuno Galvão Teles, "managing partner" da Morais Leitão, diz que estes se prendem com "as frequentes, e nem sempre coerentes, alterações legislativas em diversas áreas". Isto, a par do "descrédito do sistema de justiça", motivado pelas constantes, violações do segredo de justiça.

Há aspectos positivos

Importa salientar que há também quem encontre pontos positivos no funcionamento da Justiça em 2015. Martim Menezes, sócio da CCA-Ontier, é um deles. No panorama geral, considera que o sistema judicial "está mais célere o que traz, inevitavelmente, repercussões positivas no campo da Justiça".

Este é um entendimento que Nuno Galvão Teles partilha quando fala da "continuação das tentativas de simplificação, agilização e maior eficácia em algumas matérias processuais directamente relacionadas com o reforço da confiança do sistema de justiça na área das empresas e do investimento". Para este advogado, é também importante salientar que em 2015 houve uma "solidificação da resolução alternativa de litígios, em particular da arbitragem".

negócios
negocios.pt

Um ano marcado por casos na banca e por alguma retoma no investimento em imobiliário

O famigerado 'crash' do Citius teve um impacto negativo que se estendeu ao longo de vários meses.

JOÃO MIRANDA DE SOUSA
Advogado, sócio da Garrigues

[Aspectos negativo são as] custas elevadíssimas e a falta de gestão no funcionamento organizativo dos tribunais.

PEDRO REBELO DE SOUSA
Advogado, sócio da SRS

[Foi possível] desburocratizar alguns procedimentos e, desta forma, facilitar a vida ao tecido empresarial.

LUÍS PAIS ANTUNES
Advogado, sócio da PLMJ

A agenda política e empresarial do país ficou marcada em 2015 pelos casos mediáticos do BES/Novo Banco, Banif, "Vistos Gold", Pharol/PT ou Operação Marquês. Se alguns destes processos deram trabalho aos prestadores de serviços jurídicos às empresas, as notícias positivas para a advocacia de negócios este ano vieram do regresso de algum investimento estrangeiro.

"Além dos processos de privatização, de venda de activos de grupos económicos em dificuldades e das medidas de atracção de investidores para o mercado imobiliário, diria que, de um modo geral, houve uma influência positiva proveniente de uma melhor percepção internacional acerca de Portugal como destino de investimento", evidencia o advogado e líder da sociedade Miranda e Associados, Diogo Xavier da Cunha.

É também esta a percepção de Pedro Raposo, sócio da Raposo, Sá Miranda & Associados, para quem 2015 foi um ano em que se assistiu "à retoma dos novos negócios e novos investimentos efectuados pelas empresas" e ao "regresso de algum investimento estrangeiro que nos últimos anos havia estado arredado de Portugal".

Aliás, Francisco Brito e Abreu, sócio da Uría Menéndez-Proença de Carvalho, entende que a conjuntura vivida este ano foi bastante particular, na medida em que foram levados a cabo vários processos de reestruturação num cenário de consolidação e estabilização da situação económica e financeira do país". Esta situação, adianta o mesmo advogado, "gerou um enorme interesse por parte de investidores dos mais diversos perfis pelas várias oportunidades de investimento que surgiram neste período".

O contexto referido permitiu, assim, como sublinha Luís Filipe Carvalho, sócio da ABBC, que os serviços jurídicos tenham começado, "timidamente, a ter operações relevantes", um sinal visto como "indicativo do início da retoma económica".

Tal como frisa Maria João Ricou, líder da Cuatrecasas-Gonçalves Pereira em Portugal, ainda assim "o investimento estrangeiro manteve-se aquém das expectativas, mas a entrada de novos 'players' no nosso mercado e, em paralelo, o interesse demonstrado por outros terão potenciais efeitos perduráveis".

Ao nível da evolução da economia e dos benefícios daí decorrentes para os clientes das sociedades de advogados, Luís Pais Antunes, "managing partner" da PLMJ, evidencia o fim da intervenção da troika e as reformas do mercado de trabalho, da fiscalidade e de vários sectores de actividade.

Segundo diz, estes foram aspectos que se tornaram favoráveis ao investimento.

No entanto, num ano em que a agenda política e empresarial do país ficou marcado, em termos mediáticos, pelos casos BES/Novo Banco, Banif, "Vistos Gold", Pharol/PT ou Operação Marquês, tal como lembra o mesmo advogado, também se assistiu a alguma instabilidade pós-eleitoral, com o consequente atraso na apresentação e discussão do Orçamento do Estado, o que "acabou por criar algumas dificuldades", sobretudo ao nível da "confiança depositada por investidores estrangeiros".

Por outro lado, tal como evidencia Martim Menezes, sócio do escritório CCA-Ontier, é verdade que a aposta dos investidores no país deve ser vista com bons olhos, mas só "os próximos anos determinarão se o investimento será produtivo ou tão só especulativo". ■ JM

O novo Código Tributário para investimento, que deverá funcionar, na perspectiva de Luís Pais Antunes, sócio da PLMJ, "como um incentivo adicional para os investidores estrangeiros", ou "as reformas dos tribunais e dos processos" são aspectos que coloca do lado positivo quando faz o balanço do funcionamento da Justiça. Segundo adianta, as mudanças referidas permitiram, apesar dos reflexos negativos causados pelo "apagão" do Citius, "desburocratizar alguns procedimentos e, desta forma, facilitar a vida ao tecido empresarial". ■

Houve uma influência positiva proveniente de uma melhor percepção internacional acerca de Portugal como destino de investimento.



DIOGO XAVIER DA CUNHA
Líder da sociedade de advogados Miranda e Associados

As empresas beneficiaram do impacto positivo de melhores indicadores económicos.



MARIA JOÃO RICOU
Managing partner da Cuatrecasas-Gonçalves Pereira

Os serviços jurídicos começaram, timidamente, a ter operações relevantes, sinal indicativo do início da retoma económica.



LUÍS FILIPE CARVALHO
Socio da firma de advocacia ABBC

Os próximos anos determinarão se este [novo] investimento será produtivo ou tão só meramente especulativo.



MARTIM MENEZES
Sócio da firma de advogados CCA-Ontier

negócios
negocios.pt

SERVIÇOS JURÍDICOS

Contencioso e novos negócios prometem animar 2016

Em 2016, o trabalho na advocacia de negócios promete seguir as pisadas de 2015. Alguma recuperação económica vai chamar novos negócios, mas a destruição causada pela crise alimentará a área de contencioso.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

As áreas de contencioso, fusões e aquisições e de apoio ao investimento, em particular no imobiliário, prometem ser das mais activas ao longo deste ano no sector da chamada advocacia de negócios. A expectativa é avançada por um painel de advogados cujas sociedades a que estão ligados privilegiam a prestação de serviços jurídicos às empresas. A tendência será, assim, de continuidade face ao trabalho desenvolvido em 2015, mas poderá ser moldada, segundo os mesmos actores, pelo contexto político a nível interno e pelo evoluir da conjuntura económica internacional.

"Caso se mantenha um cenário de estabilidade e consolidação da situação económica e financeira do país, e não se registando grandes alterações na conjuntura internacional, é previsível que se continue a desenvolver o investimento no país. É expectável que se mantenham elevados níveis de actividade na área das fusões e aquisições", defende Francisco de Brito e Abreu, sócio da Uría Menéndez-Proença de Carvalho em declarações ao Negócios.

Esta é, aliás, uma ideia também deixada por Diogo Xavier da Cunha, managing partner da Miranda & Associados, quando admite que caso não haja uma retracção ao nível do investimento, "as áreas de societário, imobiliário e bancário e financeiro devem poder crescer um pouco". Isto, embora neste âmbito haja sempre "uma maior dependência de factores externos e da percepção dos investidores de que o país continua a ser um bom destino de investimento".

João Miranda de Sousa afina pelo mesmo diapasão, ao lembrar que, por cá, se nota uma presença cada vez mais acentuada das firmas internacionais de consultoria estratégica e financeira. Tal facto é, em sua opinião, "um indício forte de que Portugal é um mercado atractivo para operações de investimento estrangeiro, reestruturações ou consultoria estratégica".

Pedro Elias



O colapso de algumas instituições bancárias nacionais promete dar mais trabalho aos advogados da área de contencioso.

Portugal tornou-se um mercado atractivo para operações de investimento estrangeiro, acredita o advogado João Miranda de Sousa.

Devido à atractividade de Portugal para os investidores estrangeiros, o mercado de fusões e aquisições, nos mais variados sectores, deverá continuar em crescimento e a ser fonte substancial de trabalho multidisciplinar para as sociedades de advogados, como espera Luís Filipe Carvalho, sócio da ABBC.

A par do apoio jurídico ao investimento em distintas áreas, com especial relevo para o imobiliário, "haverá também, certamente, ainda bastante actividade na área do contencioso, fruto quer da crise que afectou vários dos mais importantes grupos nacionais em diversos sectores nos últimos anos, quer dos processos de rápida transformação do nosso tecido empresarial e financeiro que se lhe seguiram", sublinha Francisco de Brito e Abreu.

Face ao exposto, Luís Pais Antunes, actual líder da PLMJ, afiança que há boas razões para acreditar que "o mercado português da prestação de serviços jurídicos vai continuar o caminho da recuperação" e que as áreas em clara expansão, como o imobiliário ou as fusões e aquisições irão, em breve, ter a companhia de outras áreas, como as dos serviços de apoio ao mercado de capitais ou às práticas preventivas de "compliance". O mesmo advogado também acredita que o processo penal e o contencioso poderão ganhar relevo, especialmente no domínio dos chamados crimes de "colarinho branco". ■

negócios
negocios.pt

Economia internacional e nível de confiança interna deixam dúvidas

Casos que vão agitar o sector

Se há área que promete dar trabalho mediático aos prestadores de serviços jurídicos em 2016 essa é, sem dúvida, a do contencioso. Na linha da frente estão os diferendos que resultam das soluções adoptadas para algumas instituições financeiras, como o Banif, Novo Banco ou ainda o BPN, que já movimentam ou prometem movimentar os advogados nas diferentes frentes de litígio. A par da litigância que chegou para ficar em torno do sector financeiro português, há uma nova frente que promete seguir caminho indêntico, mas desta feita opondo empresas privadas e o Estado. Trata-se dos processos que envolvem a privatização da TAP, que o actual Governo pretende revereter; mas também das subconcessões dos sistemas de transportes colectivos de Lisboa e do Porto, igualmente contestados pelo Executivo de António Costa. Não se estranha, por isso, que o advogado Diogo Xavier da Cunha diga que em 2016 "não é de por de parte o de crescimento da litigiosidade, tanto entre privados como com o Estado".

A crise que afectou vários dos mais importantes grupos nacionais promete não dar tréguas aos advogados de contencioso em 2016.

As situações política e económica internacional, mas também as incertezas geradas em torno da confiança que a conjuntura a nível interno pode ou não gerar são duas das frentes que mais dúvidas suscitam quando está em causa a evolução ao longo do ano da actividade empresarial e do apoio jurídico que é prestado aos actores económicos. Pelo menos é esta a convicção entre os advogados inquiridos pelo Negócios.

Um ano de desafios é o que espera de 2016 Luís Pais Antunes. "Desde logo, o da consolidação da tendência de recuperação económica que marcou 2014 e 2015, num contexto marcado pela recente evolução negativa da situação política internacional", acrescenta o "managing partner" da PLMJ. O mesmo advogado faz acrescer a este aspecto o facto de "o recente impasse político em Portugal poder afectar a actividade empresarial nos primeiros meses do ano e gerar algum recuo no ritmo de investimento das empresas".

Pedro Raposo, sócio da PRA & Associados, diz também que do ponto de vista do investimento, "a incerteza política complica claramente as decisões das empresas nacionais, mas sobretudo internacionais". De qualquer forma, adianta, "a implementação dos projectos já em curso sugere a manutenção dos mesmos níveis de solicitação [de serviços jurídicos] de 2015". Uma expectativa que, de resto, é partilhada por Pedro Rebelo de Sousa, sócio da SRS. E não só.

Com optimismo moderado é como encara Carlos Lucena, da Telles de Abreu, o próximo ano, admitindo que os temas fiscais poderão estar, uma vez mais, na ordem do dia, e por isso esta área de prática poderá estar particularmente activa. "Note-se, por exemplo, que a previsão de regresso do imposto sucessório tem levado muitos clientes a antecipar a execução de reorganizações que até já poderiam a estar pensadas, mas cuja implementação ainda estaria distante", frisa o mesmo advogado.

Já Martim Menezes, sócio da CCA-Ontier, entende que, tendo em conta o panorama político a que se assiste, "é expectável que o risco seja maior para 2017/2018 do que para 2016". Assim, admite que as áreas de fiscal, imobiliário e societário poderão estar ainda mais activas, tal como "é expectável que as empresas passem a apostar cada vez mais na internacionalização e num modelo de cooperação intercontinental". Daí que não se estranhe a aposta de Nuno Galvão Teles, líder da Morais Leitão, que aponta para a existência de fundadas expectativas de continuação de crescimento da sua firma "tanto no mercado doméstico como no mercado internacional".

Apesar das ideias menos optimistas, Maria João Ricou, líder da Cuatrecasas-Gonçalves Pereira, admite um acréscimo de trabalho. Neste âmbito, as áreas de fusões e aquisições, capital de risco, fiscal, financeiro e contencioso e arbitragem poderão marcar o trabalho dos advogados ao longo do ano. ■

"As sociedades de advogados terão [...] que reforçar a sua capacidade de gerar valor junto dos clientes."



LUÍS FILIPE CARVALHO
Sócio da ABBC e associados

"[Será positivo para os investidores] se não se assistir a um retrocesso no clima de maior confiança que se vinha a sentir."



CARLOS LUCENA
Managing partner da sociedade Telles de Abreu

"Adivinham-se algumas alterações no quadro normativo fiscal que deixam antever um incremento de actividade."



JOÃO MIRANDA DE SOUSA
Managing partner da Garrigues

"[Defendo] um pacto que evite diplomas desnecessários ou modificações legislativas infundadas."



PAULO CÂMARA
Managing partner da Sérvulo & Associados